

## Ata da trigésima quarta Reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI

1

2 Às dez horas e dez minutos do dia dois de setembro de dois mil e dezenove (02/09/2019) deu-se início no San  
3 Francisco Flat - Avenida Álvares Cabral nº 967 – B. Lourdes – 30.170-001 – Belo Horizonte MG, a **trigésima quarta**  
4 **reunião ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação** (CT-EI) do Comitê Interfederativo (CIF) que visa à  
5 recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em  
6 Mariana-MG. A reunião iniciou com abertura e apresentação do coordenador da CT-EI, Carlos Romualdo,  
7 representante do Instituto Integrado de Desenvolvimento Econômico - INDI, após seguiu com rodada de  
8 apresentações dos presentes. Posteriormente, seguiu a pauta. **Informes gerais: item “1.a”** Carlos Romualdo/INDI  
9 oficializou a mudança de Coordenação da CTEI para a Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais – SEDE,  
10 passando a ser exercida por André Serretti, que na oportunidade fez um breve relato sobre suas atividades  
11 desenvolvidas até o momento de indicação para a coordenação. **Item “1.f”** registro que o novo e-mail da CT-EI passa  
12 a ser [ctei@desenvolvimento.mg.gov.br](mailto:ctei@desenvolvimento.mg.gov.br), assim todos os e-mails devem ser destinados a este indicado. Neste  
13 momento, foram informados os novos membros que passam a compor CT: **“item 1.b”** pelo Espírito Santo a Agência  
14 de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES, indicou Rodrigo de Almeida  
15 Bolelli e, como suplente Eduardo Gomide; **item “1.c”** indicada à 1ª suplência da coordenação pelo do Espírito Santo,  
16 representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, Margareth Saraiva. Destaca-  
17 se que ainda está em aberto a indicação da 2ª suplência da CT-EI, a ser indicada pela prefeitura de Mariana. **Item**  
18 **“1.d”** A representação da SEDESE passa a ser exercida por Matheus Nascimento. **Item “1.f”** em resposta ao  
19 encaminhamento da 33ª RO da CTEI, sobre a formalização do GT-AGROPEC, informou que foi enviado ofício ao CIF,  
20 questionado se já havia sido informado ao CIF a composição dos membros, solicitou que o grupo se reúna e decida  
21 os representantes e posteriormente será encaminhado para formalização. **Item “1.g”** como encaminhamento da 32ª  
22 RO da CTEI, sobre ressarcimento dos gastos aos órgãos públicos, a srª Margareth/SEAMA fez um breve resumo da  
23 reunião com os órgãos do Espírito Santo. Destacou que o estado fez o fechamento dos gastos de todos os municípios  
24 e até o momento Minas Gerais ainda não finalizou o processo em todos os municípios. Lembrou que está aguardando  
25 o envio das informações do MAPA. Apresentou a proposta do estado do Espírito Santo que, após reunir as  
26 documentações, serão divididos os pares para análise dos documentos e dar encaminhamento. Reforçou a  
27 necessidade de acelerar o processo e levar encaminhamento ao CIF. **Item “1.h”** A representante da SEDES afirmou a  
28 necessidade de inclusão dos itens 3 e 4 do Parecer Técnico nº 4/2019-DCI/GABIN, que traz propostas de alteração do  
29 TTAC, conforme Nota Técnica nº 05/2017 SECEX/CIF, sobre a inclusão do município de Anchieta dentro da Revisão do  
30 TTAC, uma vez que a Fundação Renova nega reconhecimento do município. Sérgio Ferreira/Governança Fundação  
31 Renova sobre a formalização do GT-AGROPEC, ressaltou que todos os Grupos de Trabalho instituídos são deliberados  
32 pelo CIF, assim reforçou a necessidade encaminhar ao CIF a composição dos membros e requerer deliberação. A  
33 representante do MAPA ponderou que essa etapa será cumprida na próxima reunião do GT. Em momento ulterior,  
34 voltando ao item **“1.g”** Maria Esther/SEMAD, advertiu que a sua representatividade pela SEMAD será substituída em  
35 breve, relatou a reunião entre os órgãos de Minas Gerais e como encaminhamento do CIF a CTEI deverá enviar os  
36 documentos consolidados dos dois estados para serem enviadas à Fundação Renova com auditoria da E&Y. Destacou  
37 que por Minas Gerais somente foram fechados os gastos da CT-Saúde e SISEMA. Destacou ainda a dificuldade de  
38 acompanhamento dos encaminhamentos e de registro em Ata de reunião que demoram a chegar e acabam não  
39 tendo efetividade para acompanhamento. E por entendimento, sugeriu que a CTEI encaminhe os documentos à FR  
40 para que, eventualmente, possa se manifestar acerca do conteúdo. Margareth/SEAMA reforçou o entendimento de  
41 que deve-se iniciar os trabalhos somente com os órgãos que já enviaram as informações em dezembro de 2018, e  
42 repactuar data para que os demais órgãos façam o exercício de compilar as informações. Ficou acordado que o Comitê  
43 Gestor será o representante por Minas Gerais, ainda, foi sugerido prazo de 30 dias a partir dessa data para que os  
44 demais órgãos e municípios enviem o fechamento dos gastos, André Serretti destacou que esse prazo deveria ser  
45 imediato uma vez que já vem sendo reiteradamente descumprido. A discussão continuou no sentido de que a meta  
46 é 30 dias, mas o ideal é que todos cumpram o prazo antes. Margareth/SEAMA ponderou que os municípios que já  
47 fizeram os exercícios não podem esperar mais tempo, essa pauta deve ser levada ao CIF. A representante do  
48 secretariado reconheceu o atraso na entrega das Atas e informou que a equipe está sendo reformulada para que  
49 cada secretário atenda somente a duas CTs e, futuramente uma, na tentativa de desaforamento e celeridade dos  
50 trabalhos. Mirna Corrêa/MAPA ponderou que há importância de todos os membros lerem a Ata e enviar as correções  
51 como prioridade, assim que esta for disponibilizada. A representante do MAPA informou que o ministério está,  
52 oficialmente, ocupando o lugar da casa civil e o ministério da cidadania como suplente, e por esta razão passa a ter

53 mais uma cadeira na representação. **Item “2.a”** continuou a discussão sobre a Associação Comercial, Industrial,  
54 Agropecuária de Mariana – ACIAM, o representante da prefeitura de Mariana ponderou que a associação não tinha  
55 conhecimento da inclusão do ponto de pauta e por este motivo não enviou representante, assim sugeriu que esse  
56 ponto seja abordado em momento posterior e que se compromete a trazer representante da ACIAM.  
57 **Encaminhamento E.34.1: A coordenação da CTEI deverá convidar oficialmente a ACIAM para apresentar sobre as**  
58 **reinvidicações da entidade.** A representante do MAPA ponderou que a Fundação Renova enviou documentos sobre  
59 o PASEA, por e-mail, com nome, CPF e assinatura de atingidos, destacou que se esses documentos continuarem sendo  
60 enviados com os dados pessoais dos atingidos o MAPA pede para ser retirado como destinatário por entender que  
61 essas informações não podem circular sem nenhuma restrição. Sérgio Ferreira/FR respondeu que essas informações  
62 foram enviadas de acordo com o encaminhamento do último GT-AGROPEC, e os documentos foram enviados  
63 diretamente para a coordenação, respeitando o sigilo das informações dos dados pessoais, e a ela cabe fazer o filtro  
64 do conteúdo dos documentos e enviar para os membros que julgar necessário. **Item 2.b** Paulo Rocha/Fundação  
65 Renova apresentou o Gráfico de contratação local explodido por municipalidade, a íntegra está disponível para  
66 consulta. Renato Cardoso/MAPA questionou se a contratação leva em consideração os moradores nascidos nos  
67 municípios ou só os residentes. Paulo Rocha/FR respondeu que os dados de nascidos são pouco representativos e o  
68 maior volume é de residentes. A representante dos atingidos de Conselheiro Pena destacou que em seu município  
69 não tem escritório em sua cidade e isso dificulta a contratação de mão de obra local. O representante da Fundação  
70 Renova respondeu que em vários municípios não tem os escritórios da FR pois eles são instalados por região. André  
71 Cintra/RAMBOLL ponderou que recebe reclamação generalizada quanto a contratação de mão de obra local pois há  
72 um volume de contratados de pessoas que vieram a residir nos municípios após o evento, destacou que a NT não  
73 determina a porcentagem mínima de contratação. Na perspectiva econômica não há questionamento, na perspectiva  
74 social há um problema de não reconhecimento da comunidade. Precisamos conhecer os dados, a respeito à  
75 viabilidade de considerar a contratação em nível local, se há possibilidade. Paulo Rocha respondeu que pode ser  
76 repactuado e alterar a deliberação e as NTs que embasam essa deliberação, asseverou que temos que olhar para as  
77 metas, pois nem todos os municípios têm profissionais que atendem às especificidades da atuação. Há poucos casos  
78 isolados de contratação de mão-de-obra de uma localidade atingida para trabalhar em outra e a relevância dessa  
79 sugestão de alteração é muito pequena. José Marcio, representante da comissão de atingidos de Rio Doce, ponderou  
80 que o município tem maior número de atividades, não há qualificação de mão de obra, há muitas pessoas que tem  
81 desejo de trabalhar, e a maior parte de campo de trabalho está em Rio Doce, mas não tem experiência exigida pela  
82 Fundação Renova. Falou que há grande demanda, mas as vagas não são preenchidas por trabalhadores locais e  
83 acabam sendo aberta para outros municípios. Paulo Rocha, respondeu que tem o compromisso das empresas  
84 cadastradas de aumentar a contratação local, gerando oportunidades aos moradores, destacou ainda que já está sendo  
85 feita a captação dos currículos, mas há vagas que tem especificidades e não podem ser dispensadas a experiência.  
86 Caetano Etrusco/Representante da prefeitura de Barra Longa, ponderou que não há o devido cuidado a mão de obra  
87 local e não é bem aproveitada, o desemprego está grande. Deu exemplo de vagas que não precisam de mão de obra  
88 qualificada, a função de ajudante de pedreiro não tem que ter experiência. Deve-se adotar uma política de  
89 capacitação que não limite a contratação local. O foco é Mariana, apesar da necessidade real do local, mas temos  
90 outros municípios que também foram afetadas. A representante dos atingidos de Conselheiro Pena asseverou que  
91 há muita mão de obra qualificada no município e em Galileia também tem, mas desconhece a contratação desses  
92 moradores. O representante da Fundação Renova destacou que há residentes nas cidades acima citadas que estão  
93 trabalhando em outras obras. O representante da prefeitura de Barra Longa disse que as empresas não procuram o  
94 poder público para receber informação de mão de obra local e, foi orientado pela representante do MAPA a criar um  
95 banco de dados de currículos para ser disponibilizado para as empresas. Ronaldo, representante dos atingidos de  
96 Naque, denunciou o escritório da cidade não atende os atingidos. Denunciou que foi o atendimento pelo segurança  
97 do escritório. Está sempre fechado, contando só com um segurança que faz triagem. O representante do ministério  
98 público pela RAMBOLL, ponderou que as pessoas nascidas no local até 2015 devem ser atendidas e consideradas  
99 como prioridade e questionou o que está sendo considerado quanto à contratação. Paulo Rocha, respondeu, pela  
100 ordem, que vai levar a denúncia sobre o escritório de Naque está sempre fechado ao setor responsável pelo PIM; e  
101 sobre as contratações disse que a base de dados é o comprovante de residência. Informou que em reunião com a  
102 FAPEMIG levou o questionamento desse controle pois havia pessoas que perderam todos os documentos e não  
103 conseguia comprovar que reside no local, acordou-se, então que seria exigido comprovação de residência com  
104 mínimo de 3 meses. André Cintra, ponderou que se o critério não é novembro de 2015, quem chegar agora na  
105 localidade em 3 meses se torna local? Se não tiver a meta não sabemos se a Fundação Renova atende ou não a NT.

106 Destacou que a discussão deve ser trazida novamente a debate na CT. Valeriana, representante da comissão de  
107 moradores de Naque, queixou que nenhum morador foi contratado em Naque, Periquito, não tem nenhum contratado  
108 e pode comprovar o que está dizendo. Paulo Rocha, destacou que em Governador Valadares tem cerca de 80% de  
109 contratação de mão de obra local. Reiterou que prioriza mão de obra de locais atingidos. Não foi revisada a NT, ao  
110 apresentarmos o plano do PG20 rediscutiríamos essa NT, reportou que os relatórios da E&Y apontaram a necessidade  
111 de revisão, esclareceu que os dados são dos últimos 3 meses, ponderou que a NT precisa ser revisada. André Cintra,  
112 a execução da Fundação Renova está destoante e não é possível caracterizar um cumprimento. **Encaminhamento**  
113 **E34.2: A Fundação Renova deverá fazer levantamento do critério que está sendo usado e qual pode ser adotado**  
114 **para comprovação de residência.** A representante da SETADES ponderou que há uma NT sendo elaborada pela  
115 SEDESE em parceria com a SETADES que indica esse o gargalo das contratações e indicou que há necessidade de  
116 aprovação do programa para que posteriormente seja feita a revisão e solicitou à coordenação que possa ver os  
117 pontos que podem ser ajustados e formar um grupo que prossiga para a aprovação do programa. Assim saiu o  
118 seguinte: **Encaminhamento E.34.3: SEDESE, RAMBOLL e SETADES deverão finalizar e encaminhar a NT do PG20 para**  
119 **avaliação dos demais membros da CTEI.** Margareth Saraiva destacou que a criação do grupo é necessária para dar  
120 seguimento ao processo de revisão e pontuou que esta CT está com *delay* muito grande em relação as demais CTs  
121 que já estão trabalhando em grupos apartados no processo de revisão e sugeriu que o grupo seja organizado o quanto  
122 antes para dar início aos trabalhos. André Serretti, representante da SEDE, ponderou que não é necessário a criação  
123 de um grupo para algo que já está delineado. Matheus Nascimento, representante da SEDESE, destacou que a NT traz  
124 pontos e critérios que talvez não esteja contemplado no processo de revisão, gerando assim um retrocesso ao  
125 trabalho já realizado. **Encaminhamento E.34.4 A Fundação Renova deverá enviar a apresentação do “Gráfico de**  
126 **contratação local explodido por municipalidade” para o e-mail da coordenação.** A coordenação solicitou que quem  
127 deseja participar da construção da NT deve se manifestar formalmente por e-mail. Houve grande discussão sobre a  
128 revisão dos programas, a íntegra está disponível para consulta. Ao final, ficou acertado que a NT será enviada aos  
129 membros da CTEI com antecedência de 10(dez) da próxima reunião para análise e posterior aprovação. *André Cintra,*  
130 *representante da RAMBOLL, solicitou o seguinte registro em ata: Com base na explicação do Paulo Rocha e com base*  
131 *na impossibilidade de serem apresentados os números em acordo com a NT de 2016 e da deliberação que aprovou o*  
132 *sistema de definição do que é local e o que não é local, há claro descumprimento de nota técnica e de deliberação,*  
133 *que vem se dando há anos, ou pelo menos, há meses sem que seja de conhecimento da câmara técnica ou sem que*  
134 *pelo menos tenha sido abordado de forma adequada.* Após discussão ponderou-se que se a NT apontar algo no  
135 sentido de descumprimento será necessário providenciar a fim de fazer cumprir o que fora acordado anteriormente  
136 em âmbito CIF. Ainda, ficou registrado como ponto a ser incluído na pauta da próxima reunião ordinária. Renê,  
137 representante da comissão dos atingidos de Santa Cruz do Escalvado solicitou informações sobre a contratação local  
138 que consta mais trabalhadores fora do que de dentro do município e há muitas pessoas desempregadas. Paulo Rocha  
139 respondeu que em Candonga a maioria dos contratados são de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Foi solicitado,  
140 pelo representante da FAPES a inversão de pauta para que fosse apresentada o item do PG15, deliberado. Mirna  
141 Corrêa, solicitou informações sobre a cadeia do leite, em resposta, Paulo Rocha contextualizou os acontecimentos até  
142 o momento e informou que todo material está disponível para consulta da CT. Faço constar em Ata que o  
143 representante da Fundação Renova vai enviar o material até o dia três de setembro. A representante do MAPA  
144 solicitou que a prefeitura de Mariana indicasse um representante para ir até Brasília acompanhar a apresentação da  
145 FR do desenvolvimento da cadeia do leite que será levada para conhecimento da área da agricultura familiar e  
146 cooperativismo. Antônio Mauro, representante da prefeitura de Mariana, informou que é só indicar a agenda que o  
147 secretário da agricultura poderá acompanhar a apresentação. O representante da prefeitura de Barra Longa solicitou  
148 participação nessa agenda. A representante da SEMAD solicitou a participação da SEAPA. **Item 7.a** Elton,  
149 representante da FAPES e Alísio, representante da FAPEMIG ponderaram que já enviaram a NT a respeito da análise  
150 do programa de Inovação – PG15 e não tiveram retorno das contribuições, ainda solicitaram envio da NT para  
151 apreciação da CT e posterior envio ao CIF. Houve grande discussão e deu-se o seguinte: **Encaminhamento E34.5: A**  
152 **coordenação da CTEI deverá encaminhar a NT do PG15 ao CIF.** Paulo Rocha, ponderou a necessidade de receber a  
153 NT para que pudesse fazer os ajustes, se adiantando no processo. Nesse sentido, segue **Encaminhamento E34.6: A**  
154 **coordenação da CTEI deverá enviar a NT do PG15 à Fundação Renova para conhecimento e ajustes necessários.** O  
155 representante da Fundação Renova acordou o prazo de 30 dias para apresentar análise, ponderou ainda que podem  
156 ter pontos que necessitem de prazos maiores, mas de imediato, vão apresentar o que estiver dentro do possível na  
157 próxima reunião ordinária. Em entendimento geral ficou acertado que as ações caminharão em paralelo e a Fundação  
158 Renova deverá enviar os ajustes em conformidade a NT em 15 dias após a deliberação do CIF. **Item 3.a** André Cintra,

159 contextualizou a discussão sobre “erro material” do TTAC em relação à atuação pelo programa nos Territórios 3, 4 e  
160 5, localizados entre Candonga e Linhares; oportunidade de revisão da abrangência do programa em linha com a  
161 revisão do TTAC aberta pela cláusula Nº 203, considerando a limitação de atuação e sugeriu fazer uma adequação  
162 para colacionar os municípios que não abrangidos. Paulo Rocha, ponderou que há conhecimento dessa demanda e  
163 que estão trabalhando nessas regiões em caráter compensatório, considerando a causalidade, e ressaltou que há  
164 necessidade de trazer à discussão o PG19 para construir como e quando incluir esses municípios. Deliberação 58  
165 municípios da região costeira do Espírito Santo. Margareth Saraiva, ponderou que há uma deliberação nº 58 que trata  
166 da questão dos municípios da região costeira do Espírito Santo como atingidas em decorrência dos danos causados  
167 pelo rompimento e asseverou que esta deliberação deve ser cumprida. O representante do MP pela RAMBOLL  
168 destacou que há diversidade de caracterização de abrangência de impacto e a Fundação Renova já tem conhecimento  
169 da situação dos micro e pequenos empreendedores, a exemplo do areeiros e carroceiros, quanto maior o tempo para  
170 se reparar maior é a extensão do dano e a discussão não deve girar em torno da discussão da CT mas sim do  
171 posicionamento da FR uma vez que a obrigação de reparação do dano está sobre ela. **Item 3.b** Ana Erler,  
172 representante da SEDE/ES, registrou que não há nenhum outro documento do PG19 senão a própria definição do  
173 programa e a análise da própria FR, reforçou que a CT deve trabalhar na NT do PG19 destacando a área de  
174 abrangência. O representante da Fundação Renova respondeu que os areeiros já estão contemplados no TTAC e as  
175 ações os alcançam e há alguns que já voltaram a funcionar. E o universo da pesca já está contemplado no programa  
176 de cadeia da pesca o que mitiga algumas ações propostas. José Marcio, ponderou que há areeiros do seu município  
177 que não voltaram às atividades e não são atendidos pela FR além deles há outros diversos trabalhadores que estão  
178 parados totalmente, sem nenhuma atividade. Paulo Rocha, destacou a dificuldade de atendimento ao público  
179 divergente, do segundo e até quarto elo, ao público alvo, a exemplo dos cantores que trabalhavam nos quiosques,  
180 ponderou que estes precisam de um atendimento mais individualizado, ressaltou que precisam melhorar a atuação  
181 de reparação. A discussão de prolongou e a íntegra está disponível para consulta. **Item 4.a** Ronaldo Luiz,  
182 representante da comissão de atingidos, levantou a questão de intervenção da Fundação Renova para a liberação de  
183 linha de crédito pelo Banco BDMG para a comunidade pesqueira que está sendo barrada por não ter CNPJ, e que  
184 dificulta retomar a vida. Paulo Rocha destacou que o Fundo Desenvolve Rio Doce não é ambientado para crédito rural  
185 e nem para atividades extrativas de pesca, mas ponderou que existem outros mecanismos financeiros como PRONAF  
186 que são mais ligados ao produtor rural e deve-se pensar, junto com a CT, caminhos que facilitem o acesso dos  
187 produtores a esses financiamentos, ressaltou que não há pensamento da Fundação Renova em criar mecanismo  
188 próprio em detrimento dos já existentes. Valeriana, representante da comissão de atingidos de Naque, ponderou  
189 que, como produtora rural, tem CNPJ e não conseguiu o empréstimo junto ao BDMG e que há distinção entre  
190 atingidos e atingidos pois uns tiveram acesso ao benefício e outros não. A coordenação, pela ordem pediu para que  
191 o tema aguarde o item de pauta para se manifestar. Maria Célia/ASDA, ressaltou que a classe de produtor rural está  
192 sendo excluída das ações desenvolvidas pela Fundação Renova. A representante da SEMAD ponderou que há  
193 sugestão de revisão desse ponto para ampliação do benefício para o pequeno agricultor, capitaneado pela CT, em  
194 interlocução com o BDMG, eleito para esses recursos, cabe à CT a ampliação desse plano. André Serretti, se  
195 prontificou a buscar informações e repassar aos atingidos, solicitou que um representante dos atingidos repasse por  
196 e-mail o contato dos demais atingidos para receber as informações. Frederico Ozanam, representante da SEAPA,  
197 destacou que recebeu Fundação Renova a informação de várias ações que tem sido realizadas em parceria com a  
198 EMATER em apoio ao produtor rural e questionou se a necessidade de se conseguir recursos está sendo colocado em  
199 discussão nessas ações. Ronaldo Luiz ponderou que as informações não chegam aos atingidos, a falta de assessoria  
200 técnica dificulta o acesso às informações. Ainda destacou o caso de um senhor de 97 anos que a FR prometeu fazer  
201 o pagamento do benefício e até o momento não nada. Frederico Ozanam, pediu para que os atingidos formalizem a  
202 declarações e ressaltou que o acesso aos recursos do PRONAF é direito do produtor rural e se há impedimento deve-  
203 se averiguar o motivo de negativa e se prontificou em ajudar na interlocução. A representante do MAPA asseverou que  
204 vai solicitar, ao cadastro, a relação dos benefícios negados a idosos, acima de 60 anos, e crianças. A coordenação  
205 pontuou que é necessário fazer o processo andar para começar o atendimento das demandas. Maria Esther, reforçou  
206 a necessidade de formalização das demandas dos atingidos para que ela apresente ao Comitê Pró-Gestor para  
207 tratativas e posterior envio de respostas. **Item “3.b”** Ana Erler, SEDES, apresentou a análise do PG19 e ao final passou  
208 as orientações de encaminhamentos. A apresentação está disponível para consulta. A coordenação ponderou que a  
209 FR deverá se manifestar acerca da NT apresentada. O representante da SEDESE ponderou que, pelo estado de Minas  
210 Gerais, há necessidade de avaliação minuciosa do documento apresentado e sugeriu integração ao PG05, proteção  
211 social, lembrou que já existe uma proposta já encaminhada para deliberação pelo CIF, e a FR se mostrou discordante

alegando que não está previsto no escopo a integração. E se colocou à disposição para auxiliar na construção da NT. Camilla Nogueira, representante da SETADES ponderou a necessidade de apresentação da matriz de danos para mapeamento e sugeriu que o documento seja distribuído aos órgãos de MG para início dos trabalhos. André Cintra/RAMBOLL reforçou a necessidade de atuação mais célere, que no âmbito do PG19 traga resposta rápida visando mitigar os danos. **Encaminhamento E34.7: Os membros da CTEI deverão encaminhar considerações, por e-mail, sobre a NT 19.** Paulo Rocha, destacou a necessidade ter acesso a NT mais rápido para que possam trabalhar em cima das considerações. A coordenação ponderou que em primeiro plano a NT deverá ser aprovada na CT para só depois ser encaminhada à deliberação CIF. **Item "4.a"** Davyson Barbosa, analista de desenvolvimento do INDI, apresentou a análise do PG18, a íntegra está disponível para consulta. André Cintra, solicitou que todos os programas sejam analisados pelos membros da CTEI e na próxima reunião fazer a aprovação das três NTs, 18, 19 e 20. A representante da SEDES sugeriu uma reunião extraordinária com representantes da CT para fechamento das NTs para apresentar uma proposta parcialmente fechada para validação na reunião ordinária. **Encaminhamento E34.8: Os membros da CT, contando com representantes de MG e ES, deverão se reunir e finalizar as NTs dos PGs 18, 19 e 20 e apresentar proposta de deliberação antes da próxima reunião ordinária, com data pré-agendada para o dia 25/09.** Margareth Saraiva propôs que a indicação seja feita nesse momento, assim seguiram com as indicações. A coordenação advertiu que se as partes interessadas não puderem ir, não terá agenda. **Item "4.b"** Apresentação da Fundação Renova do Fundo COMPETE Rio Doce do Espírito Santo, Paulo Rocha destacou os processos que já estão em atividade e ainda que o SEBRAE fará análise de concessão de crédito para as empresas. O BANDES é responsável por toda contratação, embora não tenha sido cumprido, estamos trabalhando. Ponderou que anseia aplicar no ES o que estamos fazendo em MG. André Cintra, destacou que o fundo COMPETE Rio Doce está aprovado deste setembro de 2018 e um ano depois ainda não foi implementado no Espírito Santo e isso descumpra a função da sua criação que era conceder crédito à produtores que não tinham acesso ao financiamento do BANDES. Paulo Rocha, se solidariza à frustração da não efetividade do COMPETE Rio Doce, ressaltou que fundo está atrelado ao outro e passa pelo interesse da diretoria, e a atual está interessada, e a nossa meta é colocar esse fundo para atender a função para qual foi criado. Margareth, questionou, na percepção da FR qual seria o prazo para finalizar as tratativas com o BANDES e SEBRAE/ES, Paulo respondeu que é cerca de 90 dias. O representante do Ministério Público pela RAMBOLL, ponderou que o COMPETE Rio Doce não foi discutido junto com o BANDES, manifestou indignação pois não vê as coisas caminhando. Ainda, que cabe ao sistema CIF cobrar o cumprimento dos prazos. Houve prazo suficiente para seguir a discussão sem o BANDES. Considerando que tem pelo menos um ano de atraso, não seria viável/possível a contratação ser finalizada em 30 dias. Paulo o BANDES necessita que tratativas e estruturas internas para assinatura dos documentos. A representante da SEAMA, sugeriu encaminhar ao CIF pedido de deliberação estipulando prazo de 90 dias, considerando a contagem inicial a data da realização dessa reunião, e que o prazo inicial para essa deliberação, na próxima CT, seja de 60 dias e que ela mesma trará proposta de deliberação na próxima reunião ordinária. **Item "4.c"** Apresentação da Fundação Renova sobre o *status* das discussões junto à Prefeitura de Mariana sobre o projeto "Mariana Presente e Futuro"; demais atuações sinérgicas/complementares, tais como Desenvolvimento do Plano Diretor de Mariana/Georreferenciamento do município, a íntegra está disponível para consulta. O representante da RAMBOLL questionou se já existe um plano territorial integrado para Mariana, pois o entendimento era que os PTIs eram internos, Paulo Rocha respondeu que ainda são internos, com exceção dos de Mariana que serviram de base para os demais. André Cintra, sobre a Revisão do plano participativo, a participação será garantida somente por meio das audiências públicas? O representante da Fundação Renova esclareceu que os meios de participação devem ser efetivas sob pena de nulidade do processo, e há rigor dentro da lei que assegura a lisura do processo e há incentivo para participação dos atores nas audiências. Houve grande discussão acerca dos dados apresentados. **Item "4.d"** o representante da Fundação Renova apresentou os resultados parciais pela Fundação Renova com os respectivos avanços da atuação do SEBRAE, tanto para MG quanto para o ES, e destacou que houve dúvida quanto ao item de pauta e que o entendimento seria a atuação das Ats nas regiões de MG e ES, assim seguiu a apresentação, a íntegra está disponível para consulta. Mirna Correa, solicitou que todas as apresentações sejam encaminhadas com antecedência para conhecimento dos membros. E, sobre a apresentação questionou se há dados que reportem o motivo da desistência dos atingidos na continuidade das atividades desenvolvidas anteriormente ao evento. Paulo Rocha respondeu que isso foi motivado por muitos julgarem que suas atividades perderam a razão e outros que condicionam a qualificação à construção das suas casas. O representante da comissão dos atingidos do Rio Doce, pontuou que no município está sendo feita a qualificação de pedreiro e que para essa função não há demanda, e destacou a necessidade de qualificação conforme a demanda de contratação local. A representante do MAPA questionou se é feita avaliação de perfil econômico para oferta de cursos. Paulo

265 Rocha respondeu que para a obra de Candonga a indicação de oferta de cursos foi definida pelas prefeituras de Rio  
266 Doce e Santa Cruz do Escalvado. Ainda, a análise é feita dentro de um perfil socioeconômico da região e dentro de  
267 um perfil de análise local. Ressaltou que o centro de custos para essas qualificações está dentro do orçamento da  
268 obra de Candonga e não do PG20. O representante da RAMBOLL, ponderou que o PG19 tem grande volume de  
269 reclamações de entregas já finalizadas pela Fundação Renova não atendem as qualificações específicas, a exemplo  
270 dos pedreiros que receberam material de trabalho e que já deterioraram, mas ainda assim é considerada como  
271 entregue e já finalizada e esses seguem sem poder trabalhar, isso do ponto de vista emergencial. Questionou se  
272 dentro do atendimento do SEBRAE aonde estão os microempreendedores que não constam nos relatórios se não  
273 estão sendo atendidos pelo SEBRAE que tipo de atendimento, a título de reparação, está sendo feitos para esse  
274 público. Paulo Rocha, respondeu que não há atendimento individual, quando se conta um refere-se a um grupo, um  
275 universo, de pessoas que foram atendidas, disse que ainda tem um público que não se interessou, sendo considerado  
276 público de reassentamento além de outros que atuam como parceiros da Fundação, a exemplo do Instituto Criare.  
277 Declarou ainda que a respeito dos materiais que se deterioraram, todos que foram noticiados foram imediatamente  
278 repostos, reconheceu que há muitas reclamações, mas que giram em torno de exigências pessoais quanto a marca  
279 dos produtos, mas esclareceu que a grande maioria dos produtos foram entreguem conforme solicitado. Quanto as  
280 ações de investimento direto, disse que estão sendo feitas em função dos planos de trabalho e negócios, ainda não  
281 foi possível colocar em plano em ação uma vez que estão buscando meios de criar um mecanismo financeiro que  
282 possa potencializar os investimentos dos atingidos nos seus negócios. Declarou que tem alguns esboços e que deseja  
283 trazer para apreciação da CT. **Item “5.a”** Maria Esther, ponderou que a SEAPA enviou as considerações à cartilha e  
284 aguarda devolutiva. **Item “5.b”** quanto as reivindicações dos produtores rurais de Conselheiro Pena, a coordenação  
285 informou que enviou ofício à CIF/SECEX e o pleito, juntamente com o **Item 5.c** serão encaminhados ao GT-AGROPEC  
286 para continuação dos trabalhos. Houve manifestação dos representantes dos produtores rurais de Conselheiro Pena  
287 declarando que não têm resposta quanto a entrega da silagem nos períodos de seca, ponderou que essa prestação  
288 não tem cunho definitivo, mas até que as soluções da qualidade da terra forem atendidas para que o gado torne a  
289 pastar nas áreas afetadas. Declararam que o dano do produtor é contínuo e o fornecimento de silagem é um  
290 complemento as ações de resgate da dignidade dos produtores. Lucas Scaracia/Fundação Renova ponderou que o  
291 PG17 tem uma interligação com o programa de manejo de rejeitos e tem a ver com o processo de revisão dos  
292 programas, e a entrega de silagem está relacionada ao depósito de rejeito nas áreas afetadas, e esse é o cenário atual,  
293 declarou que há necessidade de revisão dos produtores que recebem e dos que não recebem a fim de identificar  
294 quem recebe e não deveria receber e quem não recebe e deveria receber. Reforçou a necessidade de discussão do  
295 tema para que possam juntos direcionar as ações para que atenda às necessidades de entrega de silagem dos  
296 atingidos e dos técnicos. Os representantes das comissões de atingidos declararam que não podem esperar as ATERs  
297 e que a correção da terra tem que atender aos parâmetros mínimos era antes do rompimento. O representante da  
298 Fundação Renova ponderou que embora há necessidade de assessoria técnica, a equipe faz o trabalho que está  
299 acordado, ressaltou que o PG 17 está parcialmente aprovado conforme deliberação nº 145 que aprovou a definição  
300 do programa com uma ressalva do plano de trabalho das ações de Candonga até a Foz e que a discussão está  
301 avançando no GT-AGROPEC, mas que estão à disposição para auxiliar dando suporte, independente de assessoria.  
302 Declarou que tem desejo de apresentar o *follow-up* da definição do programa. A coordenação questionou acerca da  
303 participação dos atingidos na reunião do GT-AGROPEC uma vez que a discussão se dá no âmbito do GT mas informou  
304 que a discussão quanto a aprovação desemborca na CT. Sobre o fechamento da Cartilha do PASEA foi informado que  
305 estão aguardando manifestação da CTEI. Mirna Corrêa, declarou que as contribuições tinham prazo para serem  
306 entregues. A representante da SEMAD declarou que por parte de MG o posicionamento é aguardar avaliação da  
307 EMATER. A representante do MAPA informou que a Cartilha foi discutida na EMATER, mas que não havia  
308 representante de Minas Gerais, mas que o INCAPER estava presente. Ana Vaz, representante da assessoria técnica  
309 Rosa Fortini, questionou sobre o cronograma de devolutiva do PASEA e até essa data não foi apresentada, justamente  
310 por não terem concluído a Cartilha, mas até onde tem ciência já estava pronta e agora é informado que está em  
311 análise, assim cobrou resposta sobre a apresentação do cronograma. Mirna Corrêa, ressaltou que a discussão foi  
312 finalizada e encaminhada à coordenação da CTEI que deveria ter devolvido à Fundação Renova para fazer as  
313 considerações, mas isso não aconteceu. Houve grande discussão, acerca da finalização da cartilha, a íntegra está  
314 disponível para consulta. A representante da SEMAD solicitou que todos os e-mails dessa temática sejam  
315 encaminhados ao sr. Rodrigo Carvalho que cuida da pauta por Minas Gerais. A representante do MAPA declarou que  
316 desde o início do processo não estavam confortáveis em tocar o processo sem a participação do governo de Minas.  
317 Lucas Scaracia, declarou que a cartilha passou por pelo menos oito órgãos públicos e isso dá segurança e que parar

318 nesse momento para fazer essas alterações atrasa o calendário de devolutiva. A discussão se prolongou. O  
 319 representante da Fundação Renova declarou que, considerando que a cartilha está sendo confeccionada, em 20 dias  
 320 poderá apresentar o cronograma da devolutiva nos territórios. O representante da comissão de atingidos de Rio Doce  
 321 solicitou que a cartilha seja apresentada na próxima reunião. A representante do MAPA solicitou participar de uma  
 322 agenda de devolutiva nos territórios. O envio do cronograma para a CT será em uma semana e a devolutiva será nos  
 323 territórios ainda esse mês. **Item "6.a"** Camila Camilo, representante da Fundação Renova, esclareceu que, quanto as  
 324 indicações dos itens de pauta, ponderou que protocolou análise dos exames e cronogramas. Informou que o  
 325 programa será dividido em dois eixos, programa da pesca e monitoramento pesqueiro. Essas informações estão  
 326 dentro do escopo, que foi encaminhado ao Conselho curador, está sob avaliação e aguardam retorno. Quando  
 327 retornar terão a disponibilização dos estudos, informou que solicitou aporte financeiro, e estão aguardando criação  
 328 da parceria, aquisição e pedido de compra, alinhamento financeiro valores praticados *versus* valores de mercado,  
 329 chancela de minuta. Estando em acordo ocorre a devolutiva, será realizada reunião para assinatura do contrato. Em  
 330 execução, será solicitada a entrega dos resultados de produção pesqueira, para correlação das biodiversidades.  
 331 Temos um pacote de 3 produtos a serem entregues, eixo 2, análise do impacto. Desde a Jusante de Candonga foram  
 332 apresentados relatórios por territórios, ressaltou que o processo teve que retornar para contratação do processo  
 333 seletivo concorrencial, estando na fase de inicial da aprovação, declarou que tem empresas já em processo de  
 334 negociação. Em setembro será finalizada a negociação, após análise do *compliance*, após alinhamento técnico e  
 335 reunião de fechamento, análise da minuta de contrato, assinatura e previsão de apresentação. Margareth Saraiva  
 336 ponderou que estão analisando os impedimentos tanto judicial quanto ambiental e encaminharão as indicações a  
 337 serem feitas. Sobre a entrega de relatórios trimestrais a representante da Fundação Renova disse que serão  
 338 disponibilizados para acesso de todos os interessados. Sobre a requisição técnica do eixo 2 será enviada a CT para  
 339 conhecimento. Tendo encerrada a discussão, a coordenação informou que os pontos não contemplados já estarão  
 340 contemplados na próxima reunião. Assim a reunião encerrou-se às dezoito horas e dezessete minutos da data em  
 341 epígrafe.

342 Encaminhamentos:

Item	Ação	Prazo	Responsável
34.1	Deverá convidar oficialmente a ACIAM para apresentar sobre as reivindicações da entidade.	-	Coordenação da CT-EI
34.2	Deverá fazer levantamento do critério que está sendo usado e qual pode ser adotado para comprovação de residência.	-	Fundação Renova
34.3	Deverão finalizar e encaminhar a NT do PG20 para avaliação dos demais membros da CTEI.	-	SETADES/RAMBOLL/SEDESE
34.4	Deverá protocolar as definições dos PGs 18, 20 e 42 para análise da CTEI.	-	Fundação Renova
34.5	Deverá encaminhar a NT do PG15 ao CIF.	-	Coordenação da CT-EI
34.6	Deverá enviar a NT do PG15 à Fundação Renova para conhecimento e ajustes necessários.	-	Coordenação da CT-EI
34.7	Deverão encaminhar considerações, por e-mail, sobre a NT 19.	-	Membros da CT-EI
34.8	Deverão se reunir e finalizar as NTs dos PGs 18, 19 e 20 e apresentar proposta de deliberação antes da próxima reunião ordinária, com data pré-agendada para o dia 25/09.	-	Membros da CT-EI, representantes de MG e ES

ATA APROVADA DIA 8/1/2020, NA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO



ANDRÉ SERRETTI

COORDENADOR DA CT-EI